

**REPRESENTAÇÕES DO POLÍTICO: A POLARIZAÇÃO DEMOCRACIA LIBERAL  
VERSUS TOTALITARISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*  
(1937-1940)****Alexandre Andrade da COSTA\***

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir as relações políticas entre o grupo reunido em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e o governo autoritário de Getúlio Vargas instaurado em novembro de 1937, num momento em que a Europa se dividia entre países totalitários, de esquerda e de direita, e liberal-democráticos.

Palavras-chave: Totalitarismo, democracia, imprensa.

**REPRESENTATIONS OF POLITICS: THE POLARIZATION BETWEEN LIBERAL  
DEMOCRACY AND TOTALITARIANISM IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER *O  
ESTADO DE S. PAULO* (1937-1940).**

Abstract: This article aims to discuss the political relations between the group gathered around the newspaper *O Estado de S. Paulo* and the authoritarian government of Getulio Vargas opened in November 1937, at a time when Europe was divided between totalitarian countries, of left and right, and liberal democratic.

Key words: Totalitarianism, democracy, press media.

**1. Introdução**

Tanto a França como a Inglaterra reconhecem estar diante de uma situação semelhante à que a Europa teve de enfrentar quando das amotinadas massas de 89 surgiu a figura de Napoleão Bonaparte. Júlio de Mesquita Filho, *Democracia versus Totalitarismo*.<sup>1</sup>

---

\* Alexandre Andrade da Costa é doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, UNESP/Campus de Assis. São Paulo - Brasil. Pesquisa financiada pela Fapesp. E-mail: aachistoria@yahoo.com.br

Eu me implico solenemente com esse cumprimento coercitivo (que eu não exerci uma só vez) de um levantar de braços, dizendo *Heil Hitler*. Entretanto estive pensando numa coisa. Já que tanto arremedamos o estrangeiro, podíamos adotar coisa parecida no Brasil: dar uma banana e dizer: Getúlio!<sup>2</sup>  
Paulo Duarte em visita à Alemanha.

O cenário conturbado e complexo do campo internacional durante o final dos anos 1930 e o início dos anos 1940, tempo em que o mundo envolveu-se em outra grande guerra, é o pano de fundo dessa pesquisa que contempla, ainda, os reflexos desses contextos no Brasil.

Este trabalho insere-se na intersecção entre os campos da história política e da história cultural. A História Política foi bastante criticada pelos *Annales* por reduzir o campo do político aos grandes acontecimentos, a vida dos reis ou a decisões tomadas pelos principais líderes dos Estados Nacionais. No entanto, conheceu renovações que trouxeram novos conceitos como representação e imaginário, por exemplo.

Roger Chartier assinala que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.<sup>3</sup>

Não se pode esquecer que a essência do texto jornalístico é a efemeridade, a transitoriedade, a velocidade com a qual o autor é obrigado a construir suas reflexões. O desafio, dos jornalistas, neste caso, era escrever ainda sobre o impacto dos acontecimentos e traçar considerações analíticas a respeito do assunto abordado. Vitórias retumbantes, cercos mortíferos, novos armamentos, tudo comentado criticamente por uma série de profissionais que tinham o ônus de espreitar o desconhecido. Nesse sentido, apropriando-se da definição que A. Piccarolo deu aos artigos escritos por F. Nitti, reunidos em livro, cuja introdução ficou sob sua responsabilidade, os comentários “fotografam um passageiro modo de ser da política internacional”.<sup>4</sup>

A historiografia acerca do período, de viés economicista, obnubila as dimensões políticas que as relações internacionais apresentavam à época. Ao confrontar-se com os regimes totalitários, de direita e esquerda, e as democracias, os analistas traçaram uma rota que colidia, abertamente, com os primeiros enquanto o

Estado Novo, regime de cunho autoritário, sinalizava estar em sintonia e em harmonia com os alemães e italianos.

Nesse sentido, ao estudar os quadros publicados diariamente pelo jornal de maior circulação no país, pode-se cotejar, sistematicamente, fontes que denotaram quão profundos foram os reflexos do embate que se travou no campo das idéias políticas e quão indelével foram as marcas que esse momento, o qual um dos articulistas denominou caleidoscópico, legou à parte da elite paulista reunida em torno do matutino.

## 2. O “grupo do *Estado*” e a implantação do Estado Novo

O “grupo do Estado”, ao qual Armando Salles de Oliveira pertencia, pode colocar em prática seu projeto político-cultural, manifesto na inauguração da Universidade de São Paulo, que tinha por finalidade formar as novas classes dirigentes de que o país necessitava.<sup>5</sup> Além disso, com esse cargo de ampla visibilidade, pretendiam chegar à presidência da República, à qual Armando Salles de Oliveira se candidatou, em 1937, na expectativa de que nas eleições que a Constituição de 1934 estabeleceu para 1938, ele se sagrasse vencedor.

Todavia, as tensões recrudesceram. A tentativa frustrada dos comunistas de tomar o poder em 1935, no episódio que, pejorativamente, ficou conhecido como *Intentona*, foi utilizada por Getúlio Vargas para mobilizar as forças conservadoras que apoiavam seu governo. Em 1937, o próprio Getúlio, ao descrever os problemas no que concernia às eleições, comentou em seu diário, a 20 de abril: “há uma acentuada fase de atividade política”<sup>6</sup>.

Um plano que simulava outra ação política por parte dos comunistas foi forjado pelo capitão do Exército brasileiro Olímpio Mourão Filho e,<sup>7</sup> por meio dele, justificaram-se as medidas restritivas por parte do governo, no meio da batalha eleitoral.<sup>8</sup> Todos se voltavam para o Exército que, desde 1889, tornou-se uma instituição cujo apoio era fundamental para o equilíbrio e a sustentação dos regimes.<sup>9</sup> Ao recordar esses dias turbulentos, Paulo Duarte, um dos colaboradores mais atuantes do grupo do *Estado*, assinalou:

Sempre os militares inquietando a Nação num momento em que se dava a prova mais segura e que nada perturbava a calma do País, que apenas manifestava o seu entusiasmo pelas próximas eleições. Eu continuava a ter razão na tese que Julinho contestava: a perniciosidade da política militar. (...)

desde a Proclamação da República, todas as inquietações políticas e sociais tinham a sua fonte nos quartéis.<sup>10</sup>

Vale destacar que o discurso antimilitarista não foi uma característica desse período. Sueli Robles de Queiroz, ao estudar os jacobinos no surgimento da República, citou um trecho do editorial d'*O Estado de S. Paulo* de 1897 que guarda profunda semelhança com o discurso de Paulo Duarte. No texto, encontrava-se:

O espantallo do militarismo paira sobre o povo como uma densa nuvem branca. Fantasiam-se conflitos, sonha-se com rebeliões e revoltas, receia-se a timidez do governo e igualmente se receia de sua parte qualquer ato de energia! Positivamente não há razões para este estado anômalo dos espíritos, mas do mesmo modo, não há razões que consigam desvanecer neles as apreensões que os preocupam constantemente. Antes de tudo, o que a República precisa é prestigiar-se, é afastar do governo do Brasil a nota de instabilidade que lhe querem atribuir, mas, por fatalidade, sempre que as coisas tomam uma direção favorável, vem um incidente de caráter militar desviar essa direção.<sup>11</sup>

A dez de novembro, Getúlio Vargas fechou a Câmara e o Senado Federal e, por meio de discurso à Nação, inaugurou o Estado Novo. Para seus colaboradores, o Brasil não poderia ficar à mercê das disputas políticas mesquinhas, dos conchavos entre estados que pretendiam a hegemonia de todo o país. Era necessário unificar novamente o Brasil. Para demonstrar isso, realizou-se uma cerimônia no Rio de Janeiro, na Praia do Russel, na qual se queimaram todas as bandeiras estaduais, em sinal do fim dos partidarismos e do surgimento de um Brasil forte e coeso.

Para os derrotados, o país caminhava para o campo totalitário, inserindo-se na órbita dos regimes de força, que não se pautavam pelos princípios que a Revolução Francesa estabelecera e tampouco pelo liberalismo, tão condenado pelos ditadores europeus. O fracasso político redundante do golpe condensou os representantes do grupo paulista na condição de opositores ao Estado Novo.

Por meio das memórias deixadas por Paulo Duarte pode-se entender melhor os diversos significados e sentidos assumidos por essa oposição e, ainda, compreender como ocorreram as cooptações de intelectuais e órgãos da imprensa que se adequaram à nova orientação política do Brasil. Segundo ele,

A vaga de adesões se engrossa com os mais expressivos nomes de defensores da dignidade de São Paulo...E o 'Correio Paulistano', com o mesmo entusiasmo patriótico com que se batia pela liberdade, bate-se agora por

Getúlio...(...) publica todos os dias os telegramas enviados pelos seus correligionários ao chefe do governo fascista...<sup>12</sup>

O jornal *Correio Paulistano* era dirigido por Abner Mourão e, durante a Revolução de 1930, permaneceu fiel ao governo de Washington Luís e condenou os revoltosos que propunham a entrega do poder a Getúlio Vargas. Essa mudança de perspectiva, de opositor a colaborador com o regime nascente, teve conseqüências funestas para o jornal *O Estado de S. Paulo*, pois, em 1940, Abner Mourão foi designado para assumir o cargo de diretor do jornal ocupado. E vale lembrar que, em 1930, o “*Estado*” bateu-se pela Revolução.<sup>13</sup> Outro aspecto dessa complexidade é a que se evidenciou do suporte, ainda que, em alguns casos, involuntário, recebido pelo governo dos partidos paulistas. Segundo Plínio de Abreu Ramos,

(...) todos os partidos foram cúmplices do golpe de 10 de novembro: o PRP, porque apoiou a ditadura em troca da interventoria paulista, do Ministério da Agricultura e do Departamento Nacional do Café; o Partido Democrático, pelo fato de ter condicionado seu apoio ao regime discricionário de Vargas, em sua primeira fase, à indicação do professor Morato para os Campos Elíseos; o Partido Constitucionalista, pelas iniciativas que tomou, de elaborar, defender e justificar todos os atos de exceção que atormentaram a nação nos anos de 35 e 36, preparatórios de triunfo do Estado Novo.<sup>14</sup>

Com a instauração de um regime de exceção, não tardaram as retaliações ao jornal que Julio de Mesquita Filho dirigia desde a morte do pai, em 1927. Paulo Duarte citou o caso de Vivaldo Coaraci que pode ser interpretado como pródromo da ofensiva sofrida por elementos liberais no governo de exceção: “No dia seguinte, porém, veio um censor à redação do jornal para proibir definitivamente a colaboração de Vivaldo Coaraci. A violência e a estupidez dos caudilhos começa a entrar em casa...”.<sup>15</sup>

Todavia, aqueles que tiveram a trajetória política interrompida pelo golpe não permaneceram calados nem tampouco desarticulados. O grupo coordenava ações contra o governo recém-instituído, tanto na legalidade quanto na clandestinidade. Uma dessas atividades era a publicação de um jornal de resistência intitulado “Brasil”, de responsabilidade de Paulo Duarte e Julio de Mesquita Filho. De acordo com o primeiro,

Nesse mês de janeiro aparecia por toda parte, principalmente em São Paulo, em Minas e no Rio, um pequeno jornal de oito páginas, muito bem impresso, ilustrado de fotografias e caricaturas, com o título de ‘Brasil’.(...) ‘Brasil’ era feito por Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, auxiliados por um grupo de pessoas seguras encarregadas da sua distribuição...<sup>16</sup>

A luta contra o governo prosseguiu em diversas frentes. Mesmo fora da disputa pelo poder, Armando Salles de Oliveira continuou seu trabalho político e confabulava com personalidades contrárias ao governo cada vez mais autoritário de Getúlio Vargas. Paulo Duarte afirmou que ele, mesmo quando os incômodos da polícia tornaram-se frequentes, se encontrava diariamente com o ex-candidato a presidente. Nas suas palavras, Armando estava

(...) disposto a trabalhar duro contra a ditadura, seja em que condições for. E ele, a não se caso fortuito, acabará mesmo dirigindo o Brasil. Para isso, está constituindo equipes. Todos os problemas nacionais, ou grande número deles, já começaram a ser estudados, sob a direção de pessoa altamente competente, como os problemas econômicos estão com o Clóvis Ribeiro. Acaba ele de me designar para os problemas culturais. O Instituto Nacional de Cultura acha-se cada vez mais a caminho. Já convoquei, pedindo estudos e artigos, diversas pessoas. Almeida Júnior, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Julinho e Chiquinho Mesquita, Henrique da Rocha Lima, Dreyfus, o grupo do Departamento de Cultura, o grupo de professores estrangeiros, Lauro Travassos, Álvaro Miguel Osório de Almeida e outros; a todos já escrevi pedindo determinados estudos e pesquisas, sob o pretexto de um inquérito sobre sistemas educativos e culturais, para o 'Estado'. Se a oportunidade vier logo, estaremos preparados.<sup>17</sup>

Nas memórias de Paulo Duarte a situação brasileira foi articulada aos acontecimentos que marcaram o cenário político internacional na década de 1930. Não hesita em caracterizar o ambiente local como nojento. Veja-se, a título de exemplo, sua análise sobre a União Soviética de Josef Stalin:

É realmente uma coisa horrorosa o que se passa na Rússia atualmente. Stalin liquida os últimos construtores do regime comunista. Agora, Vichinsky, Procurador da Justiça manda para o fuzilamento as figuras de Rykov, Bukharine, Krestin, Rakovsky, Yagoda e outros. As acusações são todas mentirosas e Vichinsky sorri sinistramente quando os acusados, certamente dopados, se comprometem nos seus depoimentos. O governo fascista de Vargas convidou o democrata Osvaldo Aranha para seu ministro do exterior e o democrata Osvaldo Aranha aceitou...<sup>18</sup>

Após inúmeras prisões, Paulo Duarte foi para o exílio, juntamente com Julio de Mesquita Filho. Dos amigos recebia correspondência, narrando a situação brasileira, como a enviada por Sérgio Milliet, que se referiu à desordem que reinava no periódico que “tem diretores demais e nenhum chefe. Todos mandam e ninguém manda e o que manda menos ainda é o redator-chefe do jornal, o Léo”<sup>19</sup>.

A situação motivou missiva de Julio de Mesquita Filho ao irmão, Francisco Mesquita, na qual demonstrava preocupação com os rumos que o matutino tomava:

Chiquinho. Há tempos estava para escrever para você e ao Charlot, a respeito do *Estado*. Não o fiz, entretanto, devido à minha situação de exilado e por não querer dar a impressão de que mesmo de longe pretendia fazer valer os meus pontos de vista. Pensando melhor, porém, resolvi passar por cima dos escrúpulos, para expor algumas falhas que me parecem demasiadas. (...) A colaboração do *Estado* andava ultimamente elevada demais, não há dúvida. Isso não quer dizer, entretanto, que a rebaixemos às condições do Diário de S. Paulo ou Folha da Manhã. Não vai nisso nenhuma censura ao nosso Léo, ao qual, você, de maneira nenhuma deve mostrar essa carta. Mas ele é por natureza cético e incapaz de esforço e incômodos a que não pode fugir o diretor que queira manter as posições de elevação e cultura do Estado.<sup>20</sup>

A carta mostra que, mesmo exilado, Julio de Mesquita Filho preocupava-se com as diretrizes do seu jornal. Os problemas decorrentes da censura e da desorganização transparecem em outra carta que enviou à esposa, Marina Mesquita, na qual, comentava:

Antes de terminar: a rotogravura do Estado publicou um quadro do Teodoro Braga, indivíduo sem valor algum e nosso ferrenho inimigo, pois foi um dos signatários da petição inicial do processo-crime que o Lopes Leão e outros moveram contra mim. Não é a primeira vez que vejo coisas dessa no Estado. É triste para mim e desmoralizante para o jornal. Então, quem está a frente da redação não sabe quais são os nossos inimigos e quais os amigos?<sup>21</sup>

No entendimento de Julio de Mesquita Filho, assim como no de Paulo Duarte, o Exército desempenhava um papel deletério na política brasileira. De acordo com o primeiro,

(...) se o Exército quisesse compreender o seu verdadeiro papel e o significado profundo do momento histórico em que vivemos, o Brasil poderia estar hoje transformado numa das maiores forças morais da humanidade com certeza na única potência de primeira ordem da América Latina. Bastar-lhe-ia obrigar a nossa permanência dentro da política que nos estão a ditar todas as nossas tradições históricas e a execução não só das diretrizes diplomáticas que nos legou o barão do Rio Branco de íntima colaboração com os Estados Unidos, como das que, mais tarde um pouco, foram tão admiravelmente traçadas por Rui Barbosa na sua magistral conferência pronunciada na Faculdade de Direito de Buenos Aires, diretrizes que determinam a nossa entrada na guerra de 1914-1918 ao lado das democracias<sup>22</sup>.

Julio de Mesquita Filho fez do exílio uma oportunidade de continuar a sua luta política. Ele considerava-se “em campanha e na obrigação de trabalhar sem descanso

pela causa”.<sup>23</sup> Encontros com personalidades influentes de Washington, palestras em Universidades, artigos na imprensa mundial foram as armas que ele utilizou em sua “missão política”<sup>24</sup>.

### 3. A polarização democracia versus totalitarismo

No Brasil, os responsáveis pelo jornal levavam a cabo a mesma luta contra o regime de novembro. Ela também se expressou por meio de quadros que, inseridos diariamente e em flagrante destaque, discorriam sobre os acontecimentos do campo político internacional e alertavam os leitores para os males dos totalitarismos, de direita e de esquerda. Desde abril de 1938, data em que o primeiro foi publicado, os comentários colocaram-se abertamente a favor dos regimes democráticos num contexto em que a polarização entre democracia e totalitarismo era candente.

A polarização foi um tema recorrente nas páginas do matutino. Para os colaboradores, essa tensão tornou-se o mote para explicar as constantes mudanças e rearranjos do cenário internacional. O jornal defendera, desde a sua fundação em 1875, uma democracia ancorada nos ideais liberais<sup>25</sup>. Todavia, em 1938, ano em que se iniciou a publicação dos comentários, o liberalismo político era um regime sob forte contestação<sup>26</sup>.

Na Europa da década de 1920, assistiu-se ao fortalecimento dos regimes autoritários e, na seguinte, raros eram os países que professavam o liberalismo. De acordo com François Furet, “não existe antes do século XX governo ou regime ideológico. (...) Hitler, por um lado, e Lênin, por outro lado, fundaram regimes desconhecidos antes deles”.<sup>27</sup> Raymond Aron, por sua vez, escreveu que,

Os regimes não se tornaram totalitários por uma espécie de treino progressivo, mas sim a partir de uma intenção original: a vontade de transformar fundamentalmente a ordem existente em função de uma ideologia. Os traços comuns aos partidos revolucionários que chegaram ao totalitarismo, são a amplitude das ambições, o radicalismo das atitudes e o extremismo dos meios.<sup>28</sup>

A crítica dos fascismos aos regimes liberal-democratas incidia, principalmente, sobre o sistema de partidos<sup>29</sup> e a idéia de liberdade manifesta nestas sociedades. Segundo Karl Dietrich Bracher,

Comparado con ideologias estatísticas y socialistas más coherentemente autosuficientes, el liberalismo demostraba menor rigidez ideológica y mayor tolerância frente a otras corrientes. Esto concordaba, por supuesto, con su nombre y autoimagem, perto también lo hacía parecer inconsecuente y dispuesto a compromisos, oportunista y falto de principios. Su teoría econômica perdió, además, mucho de su validez con la economía de guerra y las crisis de la posguerra.<sup>30</sup>

Entre eles estava a França e a Inglaterra, reconhecidos pelos articulistas como lídimos baluartes da democracia. No campo oposto, a Alemanha e a União Soviética, seguida da Itália, apareciam como os representantes do totalitarismo. Karl Dietrich Bracher, ao estudar as ideologias que dominaram o campo político no século XX, assinalou que:

Las religiones políticas del autoritarismo y totalitarismo fueron sobre todo y sin excepción antiliberales; estaban dirigidas contra el individuo y su razonamiento. Los desafíos al liberalismo político y las declaraciones de que estaba muerto habían sido frecuentes aún em la época en que floreció plenamente en las esferas culturales y económicas en el transcurso de un siglo a outro.<sup>31</sup>

No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, o posicionamento ao lado dos países que compunham o campo democrático, além de se coadunar com uma postura histórica assumida pelo matutino, simbolizava também a radical discordância com os dirigentes da política brasileira.

Em relação à dicotomia existente entre essas duas concepções de mundo, o matutino não titubeava e se postava ao lado dos países que lutavam contra os totalitários. Analisado à luz dos acontecimentos políticos internos, esse posicionamento ganhava ainda mais relevância, uma vez que o regime inaugurado a dez de novembro por Getúlio Vargas não se pautava por esses ideais.

Em novembro de 1938, outro acontecimento colocou em opostos os jornalistas d' *O Estado de S. Paulo* e o governo varguista: o segundo exílio de Júlio de Mesquita Filho. O proprietário do periódico, que deixou o país em 1932, devido à sua participação na Revolução Constitucionalista, enfrentava novamente o degredo.

Ele partiu para Paris, juntamente com outros amigos,<sup>32</sup> de onde enviava artigos para o jornal, que versavam sobre os problemas europeus, e cartas para a família, especialmente para sua esposa, Marina. Nelas, o jornalista revelava apreensão com os rumos que o regime estadonovista tomava e, principalmente, mostrava que a sua permanência no exterior tinha a finalidade de tentar minar a imagem do governo brasileiro no exterior.

Na sua estada nos Estados Unidos, Júlio de Mesquita Filho reuniu-se com diversos representantes do governo norte-americano e com personalidades que compunham o campo intelectual daquele país no intuito de apresentar um contra-discurso elaborado pelo chanceler Oswaldo Aranha sobre o Brasil de Getúlio Vargas e denunciar a proximidade do Estado Novo com os regimes que compunham o campo totalitário.

Numa das cartas enviadas daquele país a sua esposa, Júlio de Mesquita explicava como transcorria a sua auto-intitulada “missão política”:

(...) Estou convencido de que me saí muito bem e que abri brechas comparáveis ao prestígio do Osvaldo, que é (era) inacreditavelmente grande, aqui. (...) Sem gabolices idiotas, posso afirmar que destruí muito do que ele conseguiu, o que não era difícil, dado o incalculável fundo de honestidade de que é dotado este excelente povo.<sup>33</sup>

O dono do periódico visitou, ainda, Universidades e políticos em nome da “causa” que defendia. Ao analisar o material publicado no jornal, não se pode abstrair esse contexto, que por certo estava no horizonte dos colaboradores e responsáveis pela publicação. Dessa forma, a luta desdobrava-se em duas frentes: uma no exterior, com a campanha que Júlio de Mesquita Filho desenvolvia nos Estados Unidos, na qual tentava chamar a atenção para o que julgava como incoerências e equívocos cometidos pelo governo de Roosevelt, que apoiava Vargas, e a outra por meio do próprio jornal que, num contexto de restrição à liberdade de expressão tentava, dentro dos limites possíveis, apresentar ao leitor uma visão crítica da política externa e interna.

O governo centralizador do Estado Novo, todavia, não poderia prescindir de um órgão que controlasse não somente a imprensa, mas que coordenasse todas as atividades culturais e de celebração do regime. Esse órgão, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) fundado em dezembro de 1939, era, na verdade, o resultado de vários outros do mesmo gênero existentes desde o início da década de 1930.<sup>34</sup> Segundo Maria Helena Rolim Capelato, “o DIP, foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime; em atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”.<sup>35</sup>

Nesse sentido, havia interesses sobrepostos que se relacionavam e interferiam diretamente no processo de escritura dos textos publicados: a censura, o exílio do

proprietário do periódico e a conjuntura internacional descrita a partir da situação do campo político interno. Os textos apresentaram ao leitor um mundo dividido entre duas ideologias radicalmente distintas: a totalitária e a democrática. No primeiro caso, os responsáveis pela publicação ensinavam a sua origem e evolução ao longo do tempo. No dia nove de julho de 1940, lia-se, que:

(...) Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que o totalitarismo teve a sua origem remota na *Action Française*, onde pontificavam com brilho inextinguível, Charles Maurras e Leon Daudet que, por artificiosas abstrações, conciliaram o absolutismo monárquico com as doutrinas revolucionárias de P. J. Proudhon.<sup>36</sup>

Em 18 de dezembro acrescentaram, como precursoras desse regime político as obras dos autores considerados por eles como os “metafísicos da violência”: “Maritain, Barres, Maurras, Daudet, da extrema direita; e Sorel e Valois, da extrema esquerda...”.<sup>37</sup> No segundo caso, os textos ressaltavam a superioridade da democracia, na grande maioria das vezes, comparando-a ao regime totalitário. Assim, no dia 11 de outubro de 1938, o comentário traçava o seguinte paralelo:

(...) Na política há uma luta dentro de outra. Por um lado as democracias opõem-se aos totalitários, fascistas, nazistas ou comunistas, e procuram defender a liberdade individual, a liberdade de expressão, a liberdade de ação, contra a arremetida, a propaganda dirigida e o passo de ganso.<sup>38</sup>

Em outra oportunidade, a diferente concepção de liberdade peculiar a cada regime, foi tema de análise de um dos colaboradores, segundo o qual:

(...) as democracias proclamam que seu ideal político se confunde com o da liberdade. E entretanto, ei-las obrigadas a adotar uma linguagem de combate. A verdadeira liberdade só será possível num mundo onde o valor do indivíduo e a sua dignidade não sejam postos em jogo. (...) Os fascismos também estão convencidos de que defendem a liberdade. Não precisamente a do indivíduo, mas a da nação. (...) Fala-se, então, de ‘governo de massas’ e de ‘ditadura do proletariado’. Haverá em tudo isso alguma liberdade? Todos dizem que a sua hora soará mais tarde. Dizem: ‘Sejamos primeiro escravos, pra depois, conquistarmos a liberdade’. A expectativa da escravidão, tanto da direita como da esquerda, constitui a primeira fase de um plano que está correndo o risco de não ser realmente quinquenal. O ideal oferecido às gerações atuais é a servidão, não importa a que. (...) Afinal de contas, cada povo sofre o gênero de escravidão que merece.<sup>39</sup>

Os paralelos traçados pelos responsáveis também tratavam das várias formas de se obter unanimidade nos distintos regimes. Na concepção deles, por exemplo,

(...) quando Hitler fala, ninguém pesa em dizer: ‘palavras da Alemanha’. Quando fala Daladier, trata-se não somente de ‘palavras de França’, mas de ‘palavras da França’. Entretanto a aparente unanimidade está ao lado das ditaduras e a divisão do lado das democracias. (...) A unanimidade mecânica e artificial das ditaduras não consegue absolutamente fazer com que a voz de Hitler seja a voz da Alemanha; e as discussões espontâneas e higiênicas, das democracias, não impedem que quando fala Daladier tenha ele a França inteira atrás de si. Grandeza e fraqueza das democracias! Grandeza e fraqueza das ditaduras!<sup>40</sup>

Outro elemento presente nos comentários era o maniqueísmo, a separação entre as forças do campo democrático, que se retratava como sendo as do bem e as do campo totalitário, consideradas o mal. O artigo intitulado “O isolamento da Alemanha e da Itália” apresentava tal dicotomia:

(...) se a Alemanha, ou melhor, se Hitler malograr no seu intuito de reincorporar Dantzig à Alemanha, ao seu modo, nas condições impostas por ele e no momento que escolher, é difícil ver como poderá manter o seu prestígio antes as turbas alemãs e a fé em sua pessoa, como salvador da Alemanha. (...) Se assim for, as forças do bem talvez consigam deter os agressores sem guerra e num ambiente de paz, embora armada, possam resolver-se os problemas básicos de que decorre o mal-estar que se traduz em armamentismo e belicosidade.<sup>41</sup>

Em 1938, o cenário internacional dividia-se entre a Alemanha, que a partir de 1936 iniciara um processo de reconquista das posições perdidas em consequência da derrota na Primeira Guerra e do Tratado de Versalhes, a Itália, que em 1935 invadiu a Abssínia, na tentativa de recriar um Império, a Rússia, que distante do palco em que as tensões sentiam-se com mais gravidade, observava atenta as movimentações das outras nações, e as potências que compunham o campo democrático, França e Inglaterra, que lutavam pela manutenção do *status quo*.<sup>42</sup>

A partir da interpretação dos acontecimentos que se desenrolavam na esfera externa, os responsáveis pela publicação criaram, para cada uma dessas potências, às quais tem-se de acrescentar os Estados Unidos e o Japão, imagens que se fortaleceram ao longo do tempo. Neste longo processo de formação de opinião, diversos elementos se combinavam das mais variadas maneiras para compor o quadro que desejavam expor. Entre estes elementos destacaram-se os paralelos com a guerra anterior, a História e os grandes heróis do passado, tais como Napoleão e Alexandre Magno, por exemplo.

Antes do início da guerra, os artigos destacaram a política de apaziguamento franco-britânica e as exigências e métodos alemães como os principais problemas do

campo internacional. No primeiro caso, os colaboradores faziam severas críticas aos governantes desses países advertindo-os do perigo a que se expunham e propunham, como solução, a ação. Durante a crise tchecoslovaca, entre maio e setembro de 1938, lia-se que: “As democracias, diante do caso da Tchecoslováquia, ainda não de reconhecer que atualmente, para evitar a guerra, a melhor maneira é aceitar-lhe a idéia”.<sup>43</sup>

Meses depois, ainda sob a tensão de uma guerra, os articulistas sintetizavam: “os adversários da Alemanha na Europa têm apenas uma alternativa: aceitar a guerra, pondo de lado a idéia de paz, ou desistir da paz de 1918 sem combate”.<sup>44</sup> Ao mesmo tempo em que criticavam a morosidade da política franco-britânica, os responsáveis pela publicação contribuíam para a imagem da Alemanha que lentamente se formava. Nesse período, ela poderia ser sumarizada pelo comentário publicado no dia 09 de setembro, no qual se lia que:

(...) com os canhões verbais assestados contra a democracia, o comércio livre, a liberdade individual e o cristianismo, com os canhões de verdade apontados contra a Tchecoslováquia e com as costas para o resto do mundo, a demonstração da grande Alemanha ou é uma demonstração de força ou um ‘bluff’. Ambos, casos perigosos para a humanidade.<sup>45</sup>

Um outro perigo, na concepção dos jornalistas, consubstanciou-se na união da Alemanha e da Itália quando da formação do eixo. Para eles,

(...) a nova aliança político-militar da Itália e da Alemanha torna-se o ‘alerta’ final e decisivo. (...) Terão as chancelarias das democracias e dos povos livres que adotar a astúcia da serpente e a incredulidade do perfeito cético que nada acredita? Não existirá mais sinceridade internacional e a palavra dada não terá mais valor ou lugar nas relações entre os povos? Teremos que presumir que tudo quanto dizem é pura falta de verdade para não dizer o que realmente é? (...) Agora, porém, não deve haver dúvida quanto às relações ítalo-germânicas e sobre esse ponto se pode encerrar um capítulo. (...) Não que se preveja nada de imediato. Mas amanhã, daqui a um ano, ou dez anos, o ‘eixo’, que agora tomou corpo, constitui uma ameaça à humanidade.<sup>46</sup>

Os responsáveis pela publicação sempre foram inequivocamente contrários à Alemanha e o que ela representava. Assim, quaisquer atos, discursos e características provenientes daquele povo ou cultura serviam como suporte para novas e duras críticas. No dia 30 de agosto de 1938, o texto não assinado assim se referia a uma nova iniciativa germânica:

Tudo se aprende, até a arte de ser 'Führer'. Deu-nos o nosso tempo uma prova cabal da grandeza e da miséria da educação. (...) Como quer que seja, os regimes totalitários, preocupados com as contingências do momento, vão tratando de amoldar ao seu feitio ao menos as gerações presentes. Não basta porém modelar o conjunto, é também necessário modelar modeladores – daí a escola de Führers. (...) O regime nacional-socialista fundou 'Escolas de Führers' em Croessia (Pomerânia), Vojelsang (Eifel), Southaven (Baviera) e Marienburgo (Prússia-Oriental). Um dia, na intimidade, mostrou o chanceler do Reich receios de ver-se a braços coma falta de chefes moços e dignos de confiança. Evocando então Rosemberg, que é de origem báltica, os Cavaleiros da Ordem Teutônica, antigos conquistadores, colonizadores e cristianizadores da Prússia Oriental, o dr. Ley, inspirando-se nas sugestões de Rosemberg, prontificou-se a satisfazer o desejo do chanceler. (...) Organizaram-se, pois, na Alemanha, as 'Escolas Adolf Hitler', estabelecimentos de ensino secundário destinados expressamente a formar os melhores alunos exclusivamente 'para servirem ao regime'. (...) Escolhidos para constituírem a casta dominante, recebem os alunos desses centros a denominação de 'Junker'. Contudo, não pode deixar de assustar uma instituição por assim dizer, religiosa que, se não formar santos, há de forçosamente formar monstros. Exaltando a ação, mas fomentando ódios, sacrificando inteiramente o indivíduo, entre os homens o imprescindível dever de caridade. (...) despem já as 'Escolas de Führer' toda grandeza e nobreza, assumindo o aspecto de usinas de narcóticos, venenos e explosivos, povoadas e dirigidas por doidos varridos.<sup>47</sup>

A necessidade da escola para guias do povo alemão prendia-se ao fato de se considerar fundamental não apenas modelar o povo, mas também quem os controlava. Erguidas sob o manto da tradição, as Escolas Adolf Hitler tinham por finalidade formar os novos líderes do regime, que para seus ideólogos, deveria durar mil anos. Entretanto, a intenção é criticada e ridicularizada e o artigo termina com epítetos nada cordiais aos resultados dessa experiência.

Após a marcha alemã sobre Praga, a quinze de março de 1939, os textos enaltecem o "despertar" das potências que compunham o campo democrático. Medidas tomadas por seus dirigentes, como a lei de plenos poderes, que concedia a Daladier o direito de governar sozinho durante o ano de 1939, e a garantia que Neville Chamberlain deu à Polônia foram interpretados como sinais de vitalidade e força democráticos.

Nessa conjuntura, a União Soviética despontou como uma importante aliada no que concernia às pretensões alemãs e franco-britânicas no continente. Contudo, em ambos os casos, cogitar o apoio russo era em si uma situação ideologicamente paradoxal. A Alemanha fora, desde o advento do nacional-socialismo a maior adversária do regime inaugurado pela Revolução de 1917 criando, inclusive, o Pacto Anti-Komintern, no intuito de conter o avanço do comunismo no Velho Mundo. Além disso, um dos pilares da ideologia nazista era o anticomunismo. Já a França e a

Inglaterra, eram radicalmente contrárias à política stalinista, uma vez que ela também era totalitária. Além disso, os dois países possuíam setores ultraconservadores que preferiam o nazismo ao comunismo.<sup>48</sup>

Assim, se o preço da paz, em 1938, foi o desmembramento da Tchecoslováquia, consubstanciada na Conferência de Munique, no ano seguinte era a aliança com a potência que simbolizava tudo aquilo que os proprietários do jornal e os conservadores europeus abominavam. No dia 15 de junho, o comentário fez a seguinte interpretação desses fatos:

(...) o interesse material das democracias seria constituir uma aliança tão poderosa quanto possível contra as pretensões dos Estados totalitários, mas o seu interesse moral lhes impõe seleção na escolha dos seus aliados. (...) O sr. Bonnet, em França, e o sr. Chamberlain, na Inglaterra, passam com ou sem razão, como os representantes dessa burguesia conservadora que não pode admitir a idéia de uma aliança com o país de Stalin e com os assassinos do czar Nicolau. 'Paris vale bem uma missa', dizia Henrique V. John Dull indaga com perplexidade se Moscou vale uma genuflexão ante o ícone de Lênin e Marx. Uma genuflexão não compromete muito, dir-se-á. Quem o sabe? – respondem Chamberlain e seus amigos, muito inquietos por parecer que se inclinam, mesmo ligeiramente, ante o altar ímpio dos sem-deus. Valerá o exército vermelho a pena de assistir, mesmo como convidado, à missa negra do bolchevismo? Mui visivelmente, o sr. Chamberlain está ainda em dúvida.<sup>49</sup>

No dia 23 de agosto de 1939 foi assinado o Pacto de não-agressão entre a Alemanha e o país de Stalin. No dia trinta de setembro, refletindo sobre o seu significado, os articulistas apresentavam aos leitores as razões pelas quais essa união chocou o mundo:

É tamanha a complexidade da atual situação política que gestos há, aparentemente análogos, que podem ter objetivos completamente opostos, ao passo que regimes aparentemente contrários, como o hitlerismo e o bolchevismo, podem ter afinidades que redundem em identidade. (...) quase um mês de guerra foi o suficiente para nos mostrar que a conflagração mundial de 1939 se iniciou sob o signo da incoerência. Os profetas da "próxima guerra" ficaram desorientados ante numerosos fatos novos. Entre eles figura, em primeiro plano, a paradoxal atitude da Rússia soviética. A pátria dos comunistas, única que eles juraram servir – os comunistas franceses – entregou-se a Hitler, o Anti-Cristo da foice e do martelo. O golpe foi duro para todos os comunistas do universo...<sup>50</sup>

Ao estabelecerem um pacto entre si, a ausência de lógica, tema que os responsáveis pela publicação destacaram em diversas oportunidades, parecia

evidenciar-se no campo das relações internacionais. No último comentário que o matutino publicou antes do início das hostilidades, o articulista assinalava:

Se o nazismo e o comunismo têm a capacidade de fazer meias voltas ideológicas, diplomáticas e políticas, à voz de ordem de comandantes sem princípios, é inútil tentar prever o futuro. (...) em vista desta falta de âncoras no nazismo e no comunismo, o resto da humanidade se vê obrigado a viver de ouvido encostado, ao rádio; com o nariz na última edição do jornal, com o coração e o cérebro no momento atual, situação essa que influi em todos os povos da terra.<sup>51</sup>

A incessante procura por informações acerca dos acontecimentos europeus conferia grande relevância aos novos meios de comunicação social como o rádio, por exemplo. Para os colaboradores, todavia, este era utilizado pelos respectivos governos como instrumento de propaganda, acirrando a luta entre os povos. A postura dos responsáveis pela publicação no que concernia à utilização do rádio era, portanto, extremamente crítica.

No caso do Brasil, entretanto, esse instrumento não desempenhou um papel de grande amplitude como na Alemanha, por exemplo. Apesar de deter o monopólio do rádio, “o Estado Novo era o único a não tirar proveito dele”, como lembra José Inácio de Melo Souza.<sup>52</sup> O comentário publicado no dia 18 de agosto de 1938 assim interpretava o papel que ele desempenhava:

(...) O rádio, dentro e fora de fronteiras nacionais, presta-se à propaganda de novas idéias políticas, econômicas e sociais, alcançando mesmo analfabetos. É um instrumento que vem sendo usado para envenenar o povo de algum país contra os seus próprios governantes e é empregado também para a irradiação de ‘programas culturais’, cujos fins ulteriores são imperialistas ou visam a aquisição de concessões privilegiadas.<sup>53</sup>

Outro fator que compunha esse cenário de arranjos e rearranjos políticos diretamente relacionado com os veículos de comunicação era a opinião pública, tal como entendida pelos que escreviam no jornal. Em diversas ocasiões, os responsáveis pelos comentários se referiram a ela como uma força capaz de deter os avanços dos países que compunham o campo totalitário e destacaram que em relação à outra conflagração esse era um grande diferencial. No dia 06 de outubro de 1938 se lia que:

(...) Terá o ‘zé-povos’ deste universo tanta força assim? Eles devem saber. Na hora H, é o testemunho deles todos, a nossa voz fraquinha, mas forte como um

trovão quando reunida na orquestra universal, falou e fez parar as hostes de Marte e recuar as ondas da agressão. Mesmo fazendo o devido desconto, achamo-nos numa nova situação, talvez sem par na história do mundo: a humanidade fala e é ouvida.<sup>54</sup>

A impressão de que a humanidade se manifestava e era ouvida se relacionava com a Conferência de Munique, evento que aconteceu exatamente no final de setembro.<sup>55</sup> Nesse encontro os líderes da França e da Inglaterra juntamente com os da Alemanha e da Itália resolveram a crise tchecoslovaca, evitando o perigo de uma nova conflagração.<sup>56</sup> Assim, parecia haver harmonia entre os anseios dos povos de todo o mundo e a decisão tomada em Munique. Todavia, essa idéia logo perdeu força uma vez que, concomitantemente, se interpretou o fato como mais um episódio em que as forças franco-britânicas se rendiam aos apelos totalitários.<sup>57</sup>

Além disso, o discurso sobre a opinião pública era mais uma evidência de que os jornalistas responsáveis pela publicação norteavam-se por princípios que se coadunavam com os ideais democráticos, uma vez que, como eles mesmos ensinavam, uma opinião pública livre somente vicejava nesses regimes, pois nos totalitários ela era controlada, dirigida e ludibriada pelas técnicas da propaganda.

Os articulistas, no que se referia a essa técnica, foram sempre muito céticos. Durante todo o período analisado, os comentários que se dedicaram a esse assunto apresentaram os germânicos como os campeões em utilizar esse meio para auxiliar as expansões territoriais. Um outro fator que contribuía para esse posicionamento era a dependência dos responsáveis pela publicação dos telegramas e artigos enviados do exterior.

Enquanto os ingleses eram elogiados por sua sinceridade em admitir equívocos e principalmente as primeiras derrotas, o governo alemão e as notícias advindas da agência daquele país eram tratados sempre com cautela, tendo os colaboradores, em vários momentos, mostrado, por meio de outras fontes, que aquelas eram falsas ou superestimadas.

Mas todos esses elementos receberam um outro tratamento quando a guerra estourou novamente no continente a 01 de setembro de 1939, dia em que a Alemanha invadiu a Polônia. Com a declaração de guerra da Inglaterra e da França a 03, o Velho Mundo entrava, em menos de trinta anos, em uma nova conflagração generalizada.<sup>58</sup> Para os colaboradores, essa situação simbolizava o triunfo das forças da violência sob a razão.<sup>59</sup>

Enquanto as forças alemãs ocupavam o território polonês, aplicando a nova técnica de guerra, a Blitzkrieg,<sup>60</sup> ingleses e franceses colocavam em prática seus planos de defesa e arregimentavam soldados para combater os exércitos de Hitler. O elemento novo introduzido pelos generais alemães, decisivo para as seguidas vitórias, durante essa primeira fase da guerra, foi as divisões motorizadas. Tanto na Polônia, que ainda usava a cavalaria como arma, quanto na França, o desempenho delas foi fundamental para o desfecho das lutas. No caso polonês, a conquista foi concluída com a invasão do país, a leste, pela União Soviética. A nova partilha do território polaco foi interpretada pelos colaboradores como um sinal de que as duas potências agiam juntas no cenário internacional e que o pacto possuía cláusulas desconhecidas daqueles que acompanhavam o conflito.

A experiência da guerra anterior em que milhares de homens morreram nos combates na frente ocidental foi apresentado pelos articulistas como um fator que certamente resultara na ausência de ações de envergadura nos meses que se seguiram à conquista da Polônia, entre outubro e maio de 1940. No dia 17 de novembro de 1939, o artigo sem assinatura asseverava que

Tornaram-se comuns as críticas à indecisão que parece dominar os chefes alemães tanto quanto os aliados, nas operações militares da frente franco-germânica. (...) Em 1914, os grandes chefes de todos os exércitos só conheciam a guerra teoricamente, todas as misérias da luta se haviam desenrolado longe das vistas dos Estados Maiores e o número de vidas humanas a perder não influía, a princípio, nos planos estratégicos. Mas agora a situação mudou. Os chefes militares supremos de ambos os lados combateram nas fileiras em 1914, e sabem que entre as primeiras garantias de êxito está a confiança que as tropas depositam na sagacidade dos comandantes, certas de que não se lhe pedirão esforços inúteis e de que os responsáveis pelo comando saberão poupar a vida de seus subordinados.<sup>61</sup>

A ausência de luta constituía também um problema para o moral das tropas que passaram meses sem combates. Em janeiro de 1940,<sup>62</sup> o tédio foi apontado, por um texto sem autoria, como o maior desafio para os soldados franceses mobilizados. Além disso, outros comentários teceram críticas à guerra estacionária demonstrando que durante essa época,

(...) Os oficiais e soldados gozavam à farta. Nos teatros de campanha representavam-se comédias ou se exibiam as últimas novidades do cinema. Os regimentos disputavam a presença de autores célebres. De plagas distantes vinham jornalistas estrangeiros para colher impressões. Recebiam-

nos jubilosamente os que aguardavam a morte a cada minuto. Havia banquetes nababescos, com os melhores vinhos.<sup>63</sup>

Contudo, enquanto a frente ocidental estava sob o que os contemporâneos chamaram de *Drôle de guerre*, no Oriente a União Soviética iniciou uma ofensiva contra um pequeno país do extremo norte do continente europeu: a Finlândia. A requisição das Ilhas Aaland por parte do país dirigido por Stalin para a construção de bases soviéticas tornou crítica a situação finlandesa, uma vez que seus governantes não aceitavam essa exigência.

Para os colaboradores do jornal, a luta entre esses dois países era extremamente desigual e significava uma tragédia para a Finlândia. A evidente superioridade de forças do exército vermelho frente ao finlandês e a gigantesca desproporção de homens e máquinas disponíveis levaram um colaborador a denominar a luta, do ponto de vista da pequena república, de “suicídio”.<sup>64</sup> Além disso, a investida russa reforçava a percepção de que os totalitarismos da direita e da esquerda agiam em harmoniosamente.

Os textos publicados acerca desse conflito teciam severas críticas à crueldade soviética e enobreciam o ato de resistência da Finlândia, considerada defensora da civilização e do cristianismo. A seis de dezembro de 1939, o articulista, ao analisar a situação, assinalou que

(...) a conquista da Finlândia significa um movimento envolvente é dos mais inquietantes para o futuro da civilização. Quanto aos processos verdadeiramente inomináveis que orientaram essa conquista, constituem eles amostra do que é possível esperar da barbárie soviética por infelicidade, ela viesse um dia impor suas leis no Ocidente.<sup>65</sup>

Para os colaboradores do jornal, a barbárie comunista era um problema que tinha de ser enfrentado não só pelos finlandeses, mas também por toda a civilização ocidental. Ao escrever sobre uma fábula russa, o articulista lembrava que o autor

Kryloff, se refere a um cozinheiro que repreende o seu gato por haver comido um doce. O gato ouve a admoestação, mas depois de haver devorado a guloseima. Certamente os dirigentes da Rússia aprenderam essa fábula na escola e há muito que escolheram o papel do gato, como o mais proveitoso. (...) Mas, os dirigentes do Kremlim não levam muito em conta o valor das vidas humanas.<sup>66</sup>

Pode-se notar no trecho supracitado, que à medida que a conquista se mostrava irreversível, o tom e o teor das admoestações ao regime soviético

umentavam visivelmente, contribuindo para a sedimentação de uma imagem da Rússia que era apresentada como bárbara, desumana e cruel. A quatorze de março de 1940, ao comentar o acordo que colocou fim à luta russo-finlandesa, o articulista lembrava que “após a Áustria, a Tchecoslováquia e a Polônia a Finlândia será o quarto pequeno país que as potências aliadas não conseguem salvar”.<sup>67</sup>

O embate entre as forças que compunham o campo político europeu foi, portanto, analisado pelos comentaristas do jornal e apreendido à luz dos acontecimentos nacionais. Foi em virtude da intrincada teia que compunha o campo das relações internacionais que, em decorrência do desenvolvimento da guerra, o governo do presidente Getúlio Vargas sucumbiu, em outubro de 1945, justificando a inversão que Michel Foucault fez da famosa assertiva de Clausewitz: “a política é a continuação da guerra por outros meios”.<sup>68</sup>

Recebido em 15/5/2010

Aprovado em 02/6/2010

## Notas

\* Artigo baseado na primeira parte da dissertação de mestrado intitulada *Caleidoscópio político: as representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (1937-1945)*.

01 - Democracia versus totalitarismo. In: *O Estado de S. Paulo*, 09 abr. 1939, p. 04.

02 - DUARTE, Paulo. *Memórias: Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria*. São Paulo: Hucitec, 1978, v. 07, p. 95.

03 - CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

04 - PICCAROLO, A. IN: NITTI, Francesco. *Problemas contemporâneos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

05 - Cf CARDOSO, Irene R. *Op. cit.* Ainda segundo a mesma autora, “na construção de Júlio de Mesquita Filho o espírito da Universidade aparece como baluarte na defesa contra o totalitarismo de direita, pois só assim contrastado pode aparecer como defensor da liberdade do pensamento e de expressão”. *Idem*, p. 19.

06 - VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. II (1937-1942), p. 36.

07 - Frank D. McCann, ao estudar a participação do Exército no processo que culminou no golpe de novembro afirmou que o capitão era “integralista desde 1932, organizador da milícia paramilitar do partido, membro da câmara dos quatrocentos e, em 1937, chefe do serviço secreto integralista. E ele também estava a serviço do setor de inteligência do Estado-Maior do Exército! O capitão redigiu o documento que se tornou o Plano Cohen como uma simulação de golpe de estado comunista para um exercício defensivo dos integralistas. Plínio Salgado rejeitou-o para uso do partido por julgá-lo fantasioso demais. Mas o chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro, aproveitou parte desse documento como justificativa para solicitar ao Congresso que

tornasse a decretar o estado de guerra”. In: MCCANN, Frank. D. *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 525. O autor assinala, ainda, que a partir do golpe, “o Exército, nas pessoas de seus altos oficiais, fundamentou para a instituição o direito de ser o moderador nacional”. *Idem*, p. 547.

08 - Stanley E. Hilton demonstrou que a ameaça comunista foi determinante para a justificativa das ditaduras implantadas no Brasil entre 1937-1964. Segundo ele, “Had it not been for the Soviet threat, in all probability there would have been no Estado Novo, the eight-year dictatorship launched in November 1937, which constituted a forerunner for the authoritarian, military government installed twenty-seven years later”. In: HILTON, Stanley. *Brazil and the soviet challenge 1917-1945*. Texas: University of Texas Press, 1991, p. xi.

09 - Segundo Eli Diniz, os militares foram “atores fundamentais na implantação e sustentação do Estado Novo”. Para ela, o Exército seria “um importante componente de um processo de centralização política, cujas dimensões transcenderiam os limites da corporação militar. Seria mais um ator, de peso não pouco expressivo, no questionamento do regime político liberal, considerado pelas novas lideranças militares como fator básico da indisciplina e fragilidade da organização durante a República Oligárquica”. DINIZ, Eli. “O Estado Novo. Estrutura de poder, relações de classes”, IN FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, tomo 03, v. 03, pp. 98, 118, respectivamente.

10 - DUARTE, Paulo. *Memórias: ofício de trevas*. São Paulo: Hucitec, 1977, v. 06, p. 01. Armando Salles de Oliveira também recorreu ao Exército. Escreveu um manifesto que, “endossado pela União Democrática Brasileira era dirigido ‘aos chefes militares do Brasil’. (...)”. Nesse documento, dizia o candidato: “Confio na palavra dos chefes militares que assumiram compromissos de honra com a nação. Ao Exército e à Marinha cumprirá montar guarda às urnas e velar por que o país obtenha nelas um governo de autoridade – de irrecusável autoridade moral, ao qual darão depois o seu firme apoio não só para a luta contra os totalitários, como para a obra de organização do Brasil. (...) A Nação está voltada para os seus chefes militares: suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva”. In: DUARTE, Paulo. *Op. cit*, 1977, v. 06, pp. 54-56.

11 - *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 1897, p. 01, APUD QUEIROZ, Sueli Robles Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 53.

12 - DUARTE, Paulo. *Op. cit*, 1977, v. 06, p. 85. Dentre os intelectuais que aderiram estava Menotti Del Picchia, severamente criticado por Duarte. Segundo o ex-deputado paulista: “Para muitos se constituiu surpresa a adesão de Menotti del Picchia dada através de um artigo no Diário de S. Paulo (jornal de Chateaubriand), no dia 1 de dezembro, escrito com a tinta do conformismo. Uso raramente um palavrão, mas casos há em que só a coprolalia ou a coprografia podem exprimir-se com bastante precisão. E aí está um caso típico. o Menotti não é conformista por necessidade imposta pela miséria ou pela desgraça. É por temperamento. E ei-lo, engavetando a volúpia com que cortejava o Armando, para vestir a túnica encardida da subserviência sem convicção. Diz ele que o Estado Novo fez o milagre de instituir tudo quanto a sua famosa ‘Bandeira’ preconizava. E vai por aí naquele tom que a gente não sabe se compromete mais o bajulador ou o bajulado. Eu tinha razão por não acreditar nessa ‘Bandeira’. Certamente fará carreira. Muitos ficaram surpreendidos. Eu me surpreenderia se se desse o contrário. E até ele demorou muito para retratar-se outra vez...O seu manifesto até pelo título se revelava: ‘Brasil Novo’...”. IN: DUARTE, Paulo. *Idem*, p. 86.

- 13 - Cf, SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 371.
- 14 - RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 208.
- 15 - DUARTE, Paulo. *Op. cit*, 1977, v. 06, p. 100.
- 16 - DUARTE, Paulo. *Op. cit*, 1977, v. 06, p. 120-121.
- 17 - *Idem*, p. 285.
- 18 - DUARTE, Paulo. *Op. cit*, v. 06, p. 169.
- 19 - *Idem*, p. 119.
- 20 - *Ibidem*, p. 120-121.
- 21 - Carta a Marina Mesquita, Buenos Aires, 05 dez. 1939, IN: FILHO, Ruy Mesquita (org). *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 128. A partir daqui, citado como CE.
- 22 - *Idem*, 14 fev. 1940, p. 139.
- 23 - *Ibidem*, 02 jun 1939, p. 112.
- 24 - CE, 26 maio 1939, p. 105-106.
- 25 - Não se pode esquecer, porém, que esse liberalismo defendido pelos responsáveis pela publicação, era, no entender de Maria Helena Capelato, autoritário. Segundo a autora, “o liberalismo é ao mesmo tempo democrático e autoritário”. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 24.
- 26 - Segundo Ernst Nolte, os ataques do fascismo ao liberalismo e à democracia de partidos teve início bem antes dessa data. Já em 1922, segundo o autor alemão, “Mussolini hablaba con menosprecio em um artículo del ‘cadáver más o menos putrefacto de la diosa Libertad’, por encima del cual el fascismo volveria a pasar si fuera necesario”. IN: NOLTE, Ernst. *La crisis del sistema liberal y los movimientos fascistas*. Barcelona: Edicions 62, 1971, p. 94.
- 27 - FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 16.
- 28 - ARON, Raymond. *Democracia e totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1966, p. 296. Para Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski há, necessariamente, seis características que classificam um regime como totalitário: “A ‘síndrome’ ou padrão de aspectos inter-relacionados, da ditadura totalitária, consiste em uma ideologia, um partido único tipicamente dirigido por um só homem, uma polícia terrorista, um monopólio de comunicações, um monopólio de armamentos e uma economia centralizada”. In: FRIEDRICH, Carl J. & BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Totalitarismo e autocracia*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965, p. 18.
- 29 - Segundo Hannah Arendt, “os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que em outras condições lhe sejam favoráveis. Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (os tchecos – mas não os eslovacos – foram uma das raras exceções); (...) Ditaduras não-totalitárias semelhantes surgiram, antes da Segunda Guerra Mundial, na Romênia, Polônia, nos Estados Bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal e, mais tarde, na

Espanha”. In: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 358-359.

30 - BRACHER, Karl Dietrich. *Op. cit*, p. 120.

31 - BRACHER, Karl Dietrich. *Op. cit*, p. 73-74.

32 - O jornal publicou, em editorial, no dia 01 de novembro de 1938, a seguinte notícia: “Seguem amanhã para Santos, onde embarcarão no vapor ‘Lipari’ com destino ao Havre, os srs. Drs. Armando de Salles Oliveira, ex-governador do Estado e Júlio de Mesquita Filho, diretor do “Estado de S. Paulo”. Tencionam fixar residência em Paris. Esta seria o primeiro êxodo do grupo em torno do jornal. No dia 22 de novembro. Em outro editorial, afirmava-se: “Segue hoje para a Europa, a bordo do vapor ‘Monte Pascoal’, o dr. Paulo Duarte, nosso antigo e apreciado colaborador e ex-deputado da extinta Assembléia Legislativa do Estado.” In: *O Estado de S. Paulo*, 01 nov. 1938 e 22 nov. 1938, respectivamente. Assinale-se que o jornalista conheceu o exílio logo após a Revolução Constitucionalista, entre outubro de 1932 e novembro de 1933.

33 - FILHO, Júlio de Mesquita. Carta à Marina, escrita em Washington, datada de 26 de maio de 1939, in: FILHO, Ruy Mesquita (org). *Op. cit*, 2006, p. 105.

34 - Segundo Lucia Lippi Oliveira, sabemos que o governo Vargas implementou uma política de propaganda ao criar, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda; em 1934, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural; e, por fim, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ver: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37.

35 - CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 70. Sobre a evolução do DIP, afirma Silvana Goulart que “o DIP foi, portanto, o resultado dessa tendência progressiva à qual correspondia a ascensão do autoritarismo e da centralização de poderes pelo Estado”. In: GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 13.

36 - Política francesa. In: *O Estado de S. Paulo*, 09 jul. 1940, p. 14. É interessante citar que no livro *Three Faces of Fascism*, Ernst Nolte inicia o estudo dos fascismos justamente pela Action Française. Para mais detalhes, ver NOLTE, Ernst. *Three faces of fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

37 - França e Romênia. In: *O Estado de S. Paulo*, 18 dez. 1940, p. 14. Entre os “metafísicos da violência” estava ainda o escritor Oswald Spengler, autor do livro “A decadência do Ocidente”. Vale destacar que, para Hannah Arendt, “as *Weltanschauungen* e ideologias do século XIX não constituem por si mesmas o totalitarismo. Embora o racismo e o comunismo tenham se tornado as ideologias decisivas do século XX, não eram, em princípio, ‘mais totalitárias’ do que outras; isso aconteceu porque os elementos da experiência nos quais originalmente se baseavam – a luta entre as raças pelo domínio do mundo, e a luta entre as classes pelo poder político nos respectivos países – vieram a ser politicamente mais importantes que os das outras ideologias”. In: ARENDT, Hannah. *Op. cit*, p. 522.

38 - As forças em luta. In: *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 1938, p. 18.

39 - As democracias e a liberdade. In: *O Estado de S. Paulo*, 17 jul. 1938, p. 10.

40 - A verdadeira e a falsa unanimidade. In: *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1939, p. 32.

41 - O isolamento da Alemanha e da Itália. In: *O Estado de S. Paulo*, 14 mai. 1939, p. 32.

42 - Não se pode olvidar que também durante esse período ocorreu a Guerra Civil Espanhola, conflito que pode se denominar de síntese e prelúdio de tudo o que aconteceu posteriormente no continente europeu.

- 43 - A Europa escapa novamente à guerra. In: *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 1938, p. 32.
- 44 - Revolta ou plebiscito. In: *O Estado de S. Paulo*, 16 set. 1938, p. 14.
- 45 - Bluff ou...? In: *O Estado de S. Paulo*, 09 set. 1938, p. 14.
- 46 - Seriedade internacional. In: *O Estado de S. Paulo*, 09 maio 1939, p. 16.
- 47 - Uma escola de Führers. In: *O Estado de S. Paulo*, 30 ago. 1938, p. 16.
- 48 - François Furet escreveu, acerca dos acontecimentos políticos desse período, que a experiência soviética “constitui uma das grandes reações antiliberais e antidemocráticas da história europeia no século XX, sendo a outra, evidentemente, a do fascismo, sob suas diferentes formas”. IN: FURET, François. *Op. cit*, p. 11.
- 49 - A dúvida de Chamberlain. In: *O Estado de S. Paulo*, 15 jun. 1939, p. 14. Um trabalho que demonstre os aspectos das representações construídas pelos jornalistas de *O Estado de S. Paulo* acerca da União Soviética ainda está por ser feito.
- 50 - A dissolução do Partido Comunista Francês, in: *O Estado de S. Paulo*, 30 set. 1939, p. 01. No Brasil, os reflexos desse pacto podem ser explicados por Joel Silveira. Em entrevista a Geneton Moraes Neto, ele se refere à aproximação teuto-soviética: Pode-se dizer, hoje, que o anúncio daquela aliança que até então parecia impossível explodiu diante de um mundo atônito e perplexo com o mesmo impacto que seis anos depois iriam causar as duas bombas atômicas lançadas pelos norte-americanos sobre Hiroshima e Nagasaki. Ver: SILVEIRA, Joel & NETO, Geneton Moraes. *Hitler/Stalin: O Pacto Maldito*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 318.
- 51 - Balanço da situação. In: *O Estado de S. Paulo*, 31 ago. 1939, p. 14.
- 52 - SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, p. 171.
- 53 - A porfia nos ares. In: *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1938, p. 16.
- 54 - Povo, paz e publicidade. In: *O Estado de S. Paulo*, 06 out. 1938, p. 16.
- 55 - No livro lançado em 1929, no qual analisava o surgimento de um novo personagem político, as massas, Ortega y Gasset comentou essa atuação da seguinte maneira: “Hoy asistimos al triunfo de una hiperdemocracia en que la masa actua directamente sin ley, por medio de materiales presiones, imponiendo sus aspiraciones y sus gustos. Yo dudo que haya habido otras épocas de la historia en que la muchedumbre llegase a gobernar tan directamente como en nuestro tiempo”. IN: GASSET Y ORTEGA, José. *La rebelión de las masas*. Madrid, Revista de Occidente, 1929, p. 57.
- 56 - Vale lembrar que a opinião pública alemã também não se empojava com a possibilidade de uma nova guerra. Segundo Ian Kershaw, “Nazi propaganda was certainly able to produce an atmosphere of wild and blind national exaltation following the foreign policy successes of the regime but was incapable of turning this for the majority of those rejoicing, into enthusiasm for a new war”. IN: KERSHAW, Ian. *The Hitler Myth: image and reality in the Third Reich*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 123.
- 57 - Ernst Nolte explica que “a Checoslovaquia era el punto de apoyo más seguro del sistema francés en Europa. Si le obligaba a la capitulación, dejaba de existir el sistema francés”. IN: NOLTE, E. *Op. cit*, p. 170.
- 58 - Isso porque, desde o final da conflagração anterior, houve vários conflitos localizados. Ao comentar o que essa conjuntura significava, o político inglês A. Duff Cooper, assinalava: “Com efeito, somos testemunhas vivas da Segunda Guerra Mundial. (...) É verdade que até agora pouco sangue inglês foi derramado. Entretanto, o sangue tem corrido: rios de sangue na Abissínia e na Espanha, oceanos de sangue na China, e ainda, coisa talvez mais tremenda, há o sangue que rega todo dia os campos de concentração da Alemanha. Ninguém pode cometer maior erro do que o de examinar isoladamente cada um desses fenômenos. A guerra civil na Espanha, a

agressão italiana na África, a agressão japonesa na Ásia, na Alemanha uma tirania que se baseia na tortura, todos esses tristes acontecimentos não são casos fortuitos e isolados, mas estão encadeados uns nos outros e constituem os elementos de um conjunto terrível”. COOPER, A. Duff. A Segunda Guerra Mundial. In: *O Estado de S. Paulo*, 12 jul. 1939, p. 04.

59 - Para René Rémond, “a causa da guerra reside na vontade de guerra de uma ou várias potências, que desejavam instaurar sua hegemonia”. IN: RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1990, p. 16.

60 - Sob a nova tática de guerra, também os colaboradores construíram uma imagem extremamente diferente daquela expressada por seus contemporâneos. Para eles, “Quando a Polônia sucumbiu, ante as forças alemãs, poucas semanas depois de iniciada a guerra, muitos observadores interpretaram a vitória do III Reich como o primeiro êxito do novo método de guerra, a guerra ou ataque fulminante, o ‘Blitzkrieg’. (...) Há sempre duas interpretações para quase tudo o que acontece neste nosso universo. E se de certo ponto de vista a conquista da Polônia foi o resultado de um ataque fulminante, o ataque fulminante não teria sido possível sem anos de preparação prévia. E se foi necessário ao Estado Maior do III Reich estudar o terreno e todas as condições de seu ataque fulminante, muitos anos antes de começar a guerra, o ‘blitzkrieg’ deixa de ter o caráter de ataque relâmpago e se transforma numa lenta e cuidadosa pesquisa que culmina em um ataque rápido, os quais malogram, porém, com a longa pesquisa prévia. (...) Em outras palavras, segundo este perito militar – capitão Wallace F. Safford - , sem o auxílio da Rússia, nem as pesquisas, nem as estratégias, nem o blitzkrieg, teriam derrotado tão facilmente a Polônia. (...) O ataque fulminante é um fogo de artifício que pode causar danos enormes em dado lugar e em dado momento, mas que não atinge os objetivos decisivos das guerras modernas. O blitzkrieg é uma ilusão!”. Blitzkrieg. In: *O Estado de S. Paulo*, 07 nov. 1939, p. 01.

61 - Chefes aliados. In: *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 1939, p. 14.

62 - Hore Belisha, Ciano e Czaky. In: *O Estado de S. Paulo*, 14 jan. 1940.

63 - A psicologia das datas... In: *O Estado de S. Paulo*, 09 ago. 1940, p. 14.

64 - Rússia e Finlândia. In: *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 1939, p. 01.

65 - O destino da Finlândia. In: *O Estado de S. Paulo*, 06 dez. 1939, p. 14.

66 - A Sociedade das Nações e a Finlândia. In: *O Estado de S. Paulo*, 08 dez. 1939, p. 01.

67 - O acordo de Moscou. In: *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 1940, p. 01.

68 – FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.